

ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NO SETOR FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3.

JOANA VITÓRIA FARIAS DE JESUS

JULIANE LUZ DO CARMO

RAIMUNDA MARIA DA LUZ SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

THAIS ALVES LIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABRÍCIO DO NASCIMENTO MOREIRA
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

Introdução

Esta pesquisa justifica-se pela relevância e aumento da divulgação de relatórios de asseguarção pelas empresas, funcionando como instrumento de legitimação e objetivando evidenciar que as companhias possuem responsabilidade social corporativa (MOREIRA et al., 2014).

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar como são divulgados os processos de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3 entre os anos de 2017 e 2019.

Fundamentação Teórica

Em busca de adaptação com a linha de pesquisa selecionada e visando-se a construção de embasamento teórico sobre o conteúdo estudado, identificando-se em que perspectiva normalmente procura-se abordar tal assunto, foi realizada uma avaliação de similaridades e distinções entre pesquisas de caráter correlato ao que foi desenvolvido neste trabalho. Elencando os trabalhos correlatos ao tema localizados durante o levantamento bibliográfico.

Metodologia

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi utilizada metodologia descritiva, qualitativa e documental. Os dados foram coletados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

Análise dos Resultados

Dos relatórios assegurados, 100% foram realizados por empresas do grupo de Big Four de auditoria.

Conclusão

Pelo presente estudo foi possível concluir que, apesar da divulgação do Relatório de Sustentabilidade não ser obrigatória, as companhias demonstraram interesse moderado na divulgação e na asseguarção dos seus relatórios de sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. B. Asseguarção de Relatórios de Sustentabilidade: o Caso Petrobrás. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14, 2014. São Paulo. Anais[...]. São Paulo: USP, 2014. Disponível: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/262.pdf>. Acesso: 27 jul. 2020.

AZEVEDO, Yago Romeiro. Eficiência relativa dos desempenhos econômico-financeiros das empresas do segmento bancário, listadas na Brasil, bolsa, balcão (b3). 2018. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabili

Palavras Chave

Asseguarção, Relatório de Sustentabilidade, Big Four

ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO NO SETOR FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de atender diferentes interesses de seus diversos usuários, as empresas divulgam, de forma cada vez mais frequente, informações sobre o desempenho em sustentabilidade por meio da publicação dos relatórios de sustentabilidade, os quais passam por processo de asseguarção, visando promover a sua credibilidade (SILVEIRA et al., 2016). Além disso, nota-se a crescente disseminação da responsabilidade social por instituições financeiras bancárias do Brasil, as quais demonstram suas ações desenvolvidas, entre outros, por meio dos relatórios anuais de sustentabilidade (MELO et al., 2017).

O relatório de sustentabilidade originou-se da necessidade de proporcionar publicidade às ações de caráter social, ambiental e econômico das organizações (ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015). Nesse sentido o Trabalho de Asseguarção corresponde à atividade desenvolvida pelo auditor independente para obtenção de evidências que possam fundamentar a sua conclusão com o intuito de aumentar o grau de confiança dos usuários (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2009).

Nesse sentido, conforme Lordello e Silva (2019, p. 5), a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade é uma “forma de aumentar a credibilidade e a qualidade das informações apresentadas em seus relatórios”, por meio da validação das informações prestadas aos seus acionistas relativas a questões socioambientais desempenhadas pela organização.

Desse modo, diante do “crescimento da preocupação das organizações em demonstrar a transparências de suas informações e ações” (ZARO; PASTRE; ALBERTON, 2015, p. 15); considerando-se ainda, que “a estabilidade do sistema financeiro e econômico nacional tem como base a sustentabilidade das instituições financeiras” (KORONTAI e FONSECA, 2020, p. 152), percebe-se a necessidade de se avaliar como são divulgados os processos de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das empresas do segmento bancos da Brasil, Bolsa, Balcão - B3.

Diante do exposto, indaga-se: como são apresentados os processos de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3 entre os anos de 2017 e 2019? Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar como são divulgados os processos de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3 entre os anos de 2017 e 2019. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: verificar quais empresas divulgam ou não seus relatórios de sustentabilidade, identificar as firmas responsáveis pela sua asseguarção, verificar em que nível de diretrizes do GRI estão classificados os relatórios de asseguarção divulgados.

A pesquisa se justifica pela relevância e pelo aumento da divulgação de relatórios de asseguarção pelas empresas, que funciona como instrumento de legitimação e objetiva evidenciar que as companhias possuem responsabilidade social corporativa (MOREIRA *et al.*, 2014). Nesse sentido, conforme ressalta Carreira e Palma (2012), as organizações desenvolvem seus relatórios de sustentabilidade a fim de potencializar o conhecimento às suas partes interessadas, de suas ações e desempenho alcançados aos níveis econômico, ambiental e social. Tais considerações indicam que a asseguarção externa é uma importante ferramenta de credibilidade dessas informações socioambientais.

O desenvolvimento do trabalho também se fundamenta pela crescente demanda dessas informações por parte dos *stakeholders*, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão e pela questão que se propõe compreender, cuja intenção consiste em identificar as empresas do

setor bancário brasileiro que asseguram os Relatórios de Sustentabilidade, trazendo para a academia uma análise sobre os processos de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, bem como o tipo de trabalho de asseguarção adotado nos relatórios, considerando as empresas responsáveis por essa asseguarção.

Essa pesquisa limitou-se ao período de 2017 a 2019, considerando-se o cenário econômico apresentado no Brasil e os impactos desse fator externo provocados na amostra estudada quanto à adesão a práticas de responsabilidade corporativa. Com isso, notou-se que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados refletiram em um percentual de crescimento equivalente a 1%. Nesse período o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou resultados positivos nos três anos consecutivos, com altas de 1,3% em 2017, 1,3% em 2018 e de 1,1% em 2019, com a interrupção das quedas de 2015 e 2016, sendo esta análise realizada em condições mais favoráveis de mercado (IBGE, 2019).

Desse modo, realizou-se, quanto aos objetivos, um estudo descritivo. Quanto à abordagem, o trabalho classificou-se como qualitativo. Em relação aos procedimentos, o presente estudo caracterizou-se com uma pesquisa documental, em que foi utilizada, para o diagnóstico dos dados, as três etapas da análise de conteúdo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estudos Correlatos

Em busca de adaptação com a linha de pesquisa selecionada e visando-se a construção de embasamento teórico sobre o conteúdo estudado, identificando-se em que perspectiva normalmente procura-se abordar tal assunto, foi realizada uma avaliação de similaridades e distinções entre pesquisas de caráter correlato ao que será desenvolvido neste trabalho.

Wallage (2000) estudou a garantia de relatórios de sustentabilidade na visão de um auditor. O artigo discutiu as experiências iniciais com um novo serviço de garantia: a verificação de relatórios de sustentabilidade, fornecendo afirmações sobre questões financeiras, ambientais e sociais. Foram descritos exemplos e características de critérios necessários para avaliar as afirmações de gerenciamento em relação à sustentabilidade. Também foram descritos os procedimentos de verificação que podem ser utilizados e o conteúdo e o design de uma conclusão de uma auditoria de sustentabilidade. Wallage concluiu que a verificação dos relatórios de sustentabilidade é um serviço de garantia muito desafiador para os auditores financeiros.

Hasan, Roebuck e Simnett (2003) fizeram uma investigação de formatos alternativos de relatórios para comunicar níveis moderados de garantia. O trabalho identificou quatro categorias principais de formulários de relatório de garantia moderada sendo usados na prática em todo o mundo para fornecer garantia nos relatórios ambientais e de sustentabilidade. O estudo examinou se esses quatro formulários de relatório transmitem um nível de garantia menor do que o fornecido por um relatório tradicional de alta garantia, e se esses formatos de relatório levam a níveis significativamente diferentes de garantia percebidos por um grupo de 792 acionistas. As descobertas indicaram que os usuários percebem que esses formatos moderados de relatórios de garantia geralmente oferecem um nível de garantia mais baixo do que o fornecido por um relatório de alta garantia. No entanto, foi encontrada uma diferença significativa entre os quatro tipos de relatórios de garantia moderada, com a opinião sobre o formato dos procedimentos fornecendo maior garantia do que a garantia positiva com um formato de parágrafo de limitações.

Deegan, Cooper e Shelly (2006) investigaram as declarações de garantia de relatórios da TBL: evidências do Reino Unido e da Europa. O objetivo do trabalho era documentar um estudo das declarações de garantia de relatório da Europa e do Reino Unido com *triple bottom line* (TBL). Foi construído um banco de dados internacional a partir do qual todas as declarações de garantia de terceiros conhecidas na Europa e no Reino Unido que acompanharam a liberação dos relatórios TBL foram selecionadas para revisão. Os resultados da análise indicaram que há muita variabilidade e ambiguidade inerente ao conteúdo das declarações de terceiros.

Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) fizeram um estudo sobre a garantia de relatórios de sustentabilidade em uma comparação internacional. O objetivo do trabalho era entender o mercado emergente de garantia voluntária. Utilizaram uma amostra de 2.113 empresas (de 31 países) que produziram relatórios de sustentabilidade entre 2002 e 2004. Os resultados sustentam o argumento de que as empresas que buscam aumentar a credibilidade de seus relatórios e construir sua reputação corporativa têm maior probabilidade de ter seus relatórios de sustentabilidade garantidos, embora não importe se o fornecedor de garantia vem da profissão de auditor. Também descobriram que as empresas que operam em países orientados para as partes interessadas têm maior probabilidade de escolher a profissão de auditor como asseguradora.

Conceição, Dourado e Silva (2012) fizeram um estudo sobre o processo de adesão do Relatório de Sustentabilidade Empresarial (RSE) denominado Global Reporting Initiative (GRI) nas empresas situadas na América Latina para o período de 1999 a 2010. O trabalho investigou os aspectos em caráter exploratório, tais como série histórica, número de empresas, segmento empresarial, natureza do controle acionário (nacional ou estrangeiro), nível de evidenciação adotado e participação no mercado de capitais, para as empresas que divulgaram Relatórios de Sustentabilidade Empresarial (RSE) a partir das diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) para companhias situadas no Brasil e demais países da América Latina. O estudo identificou as companhias brasileiras como responsáveis por mais de 50% dos informes de sustentabilidade empresarial e a América Latina enquanto espaço em que se consolida a utilização do relatório GRI no mundo.

Perego e Kolk (2012) estudaram como as empresas multinacionais adotam práticas de garantia para desenvolver e sustentar a responsabilidade organizacional pela sustentabilidade. Utilizaram um painel de 250 empresas da Fortune Global por um período de 10 anos, documentando os padrões de difusão da garantia de terceiros dos relatórios de sustentabilidade. Investigaram como as práticas de auditoria em evolução, nomeadamente a diversidade de padrões de garantia e o tipo de prestadores de garantia, moldam a qualidade das declarações de garantia de sustentabilidade. Os resultados ilustraram grande variabilidade na adoção de práticas de garantia nos estágios formativos desse novo mercado. A análise descritiva indicou a relevância das pressões institucionais externas, bem como dos recursos e capacidades internos, como fatores subjacentes à adoção da garantia.

Almeida (2014) buscou verificar qual a estrutura dos relatórios de asseguarção emitidos para as informações de sustentabilidade da empresa Petrobrás. A metodologia utilizada pelos autores foi a revisão da literatura, bem como a análise documental e de conteúdo dos relatórios de asseguarção. Os períodos analisados foram os anos de 2005 a 2012. Quanto aos principais resultados alcançados, os autores abordam que a estrutura e o conteúdo utilizados na elaboração do relatório de asseguarção da Petrobrás seguem as diretrizes da NBC TO 3000 em conformidade com o normativo internacional ISAE 3000. Os relatórios de asseguarção apresentados pelas empresas são todos elaborados por empresas *Big Four* de auditoria. O termo *Big Four* se refere às quatro maiores empresas de auditoria e consultoria

do mundo, composto pelas seguintes empresas: *PricewaterhouseCoopers*, *Deloitte Touche Tohmatsu*, *KPMG* e *Ernst & Young* (DE JESUS e DE SOUZA, 2016).

Zaro, Pastre e Alberton (2015) evidenciaram quais os critérios que norteiam os auditores na emissão dos relatórios de asseguarção constantes nos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do ISE 2013. A metodologia utilizada pelos autores foi uma pesquisa documental junto aos relatórios de sustentabilidade 2012 até a data de 15/06/2013. Dentre as 26 empresas que divulgaram seus relatórios de sustentabilidade, 69% adotam práticas de asseguarção, onde 71% das empresas submeteram à auditoria independente, 18% exclusivamente às consultorias especializadas e 2% contrataram serviços de auditoria simultaneamente com consultorias especializadas. Dentre os fundamentos, visualizou-se que 74% das empresas de auditoria emitem relatórios de asseguarção pautados na NBC TO 3000, 16% emitem declaração de garantia baseada na AA1000AS e 11% utilizam-se da verificação independente normatização GRI 3.1.

Silveira, Alberton e Vicente (2017) estudaram a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das empresas do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) 2016. O trabalho caracterizou-se como descritivo, de caráter quali-quantitativo, mediante uma pesquisa documental, com dados secundários coletados dos relatórios de sustentabilidade e de asseguarção externa. Os resultados encontrados por Silveira, Alberton e Vicente (2017) demonstraram que, dos 16 setores distintos de atuação, 61% das empresas atuam em setores regulados, e 58,3% pertencem ao nível de governança Novo Mercado. Quanto aos tipos de relatórios, observou-se a predominância do GRI em 97,14% dos relatórios de sustentabilidade analisados, e ainda uma forte tendência das empresas em divulgar, de forma integrada, as informações de natureza financeiras e não financeiras. Dentre os normativos utilizados pelas prestadoras de garantia, a norma de auditoria contábil NBC TO 3000 esteve presente em 71,43% dos trabalhos realizados.

Santos *et al.* (2018) estudaram os níveis de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 50 Maiores Empresas do Brasil. O objetivo do artigo foi analisar como são divulgados os processos de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 50 maiores empresas por faturamento do Brasil entre os anos de 2014 e 2016. Para tanto, foi utilizada a metodologia descritiva, qualitativa e documental. Os resultados evidenciaram que foram divulgados pelas empresas da amostra um total de 104 relatórios durante o período abordado. Destas, 46% obtiveram asseguarção, com maior aderência no ano de 2014, com 50% de relatórios assegurados. Do total de relatórios assegurados, 79% foram realizados por empresas *Big Four* de Auditoria.

Lordello e Silva (2019) investigaram o processo de asseguarção externa das informações de sustentabilidade por empresas listadas na iniciativa “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” da Bolsa, Brasil, Balcão - B3, que corresponde a “uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão” (B3, 2021). O artigo apresentou uma pesquisa qualitativa e documental e bibliográfica. A amostra foi composta por 113 empresas do Relate ou explique da B3 do ano base 2017, das quais 95 publicaram o relato de sustentabilidade com diversas denominações. Os resultados de pesquisa alcançados mostram que apesar da GRI recomendar a realização de uma verificação externa nos relatórios, apenas 41% das empresas pesquisadas submeteram seus relatórios a verificação externa de acordo com a ISAE 3000. Das empresas que submetem seus relatórios a asseguarção em conformidade com a ISAE 3000, 85% optaram pela asseguarção limitada.

3 METODOLOGIA

A abrangência da pesquisa delimitou-se no setor de atuação denominado Financeiro, subsetor Intermediários Financeiros, segmento Bancos, listados na B3. A População da pesquisa são as 26 empresas listadas no segmento de bancos da B3.

A escolha do setor financeiro como componente do objeto de estudo deste trabalho, foi fundamentada em virtude do fato de que as empresas pertencentes a este setor exercem um papel de extrema importância dentro do mercado financeiro, pois são uns dos principais agentes financiadores das empresas de um modo geral. Tal afirmação indica que o setor seja de grande relevância para a economia, uma vez que implica em temática digna de ser observada como objeto de estudo, haja vista que o segmento bancário corresponde à base econômica de qualquer país, sendo bastante importante na intermediação financeira e no controle da circulação de moeda (AZEVEDO, 2018).

Além disso, o setor bancário em todo o mundo está se transformando, onde as forças globais para a mudança incluem inovação tecnológica; a desregulamentação dos serviços financeiros a nível nacional e a abertura para competição internacional (HAWKINS; JOHN & MIHALJEK; DUBRAVKO, 2001). Tais fatores justificam o interesse de estudo nessa linha de pesquisa, haja vista que podem contribuir para a consulta de potenciais usuários de informações sobre este subsetor.

Quanto aos objetivos, o presente trabalho caracteriza-se como descritivo, pois pretende "descrever com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). De acordo com Fernandes e Gomes (2003, p. 8) a pesquisa descritiva é "uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo". Este trabalho se configura como descritivo pois tende a analisar e descrever o processo de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3 entre os anos de 2017 e 2019.

No que diz respeito à abordagem, o estudo classifica-se como qualitativo, pois, de acordo com Zanella (2009), caracteriza-se, inicialmente, por não utilizar instrumentos estatísticos na análise dos dados. Além disso, é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo (PEREIRA et al., 2018). Segundo Oliveira (2011), a pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma "expressão genérica", ou seja, por um lado, ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas.

Em relação aos procedimentos, o presente estudo foi feito através de levantamento de dados documental, que tem como principal característica a restrição da fonte de coleta de dados a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, podendo ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (MARCONI e LAKATOS, 2002). Conforme Gil (1999), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica, a diferença está na natureza das fontes, onde a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam, um tratamento analítico, podendo ser reformulado dependendo dos objetos da pesquisa.

Como população a ser pesquisada foram selecionadas as 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3. A coleta de dados foi obtida através de pesquisa via *web*, no endereço eletrônico das empresas, com o objetivo de localizar seus relatórios de sustentabilidade publicados no período de 2017 a 2019.

Para a investigação dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. De acordo com Caregnato e Mutti (2006) a técnica de análise de conteúdo é composta de três etapas: a pré-

análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação. Foram aplicadas no trabalho as três etapas da análise de conteúdo descritas pelos referidos autores.

Na etapa de pré-análise, os relatórios de sustentabilidade foram coletados e separados por empresa e ano de publicação. Em seguida, foi feito o processo de descrição analítica, onde foi coletado se as firmas de auditoria dessas empresas são pertencentes ao grupo das *Big Four* de Auditoria. Posteriormente, foi descrito quais são as empresas que divulgam ou não seus relatórios de sustentabilidade. Desta forma, foram identificados quais os relatórios foram assegurados ou não. Após a análise de quais relatórios são assegurados e quais as empresas responsáveis por sua asseguarção, foram verificados em quais níveis de diretrizes do GRI estão classificados os relatórios divulgados.

Na etapa de interpretação inferencial, foram utilizadas planilhas eletrônicas nas quais foram tabuladas as informações relacionadas à divulgação dos relatórios concedidos pelas empresas, sua forma de asseguarção e o nível de diretrizes do GRI.

Além disso, esses dados, juntamente com os relativos aos níveis de diretrizes do GRI, foram estruturados na fase de análise dos resultados de acordo com o modelo apresentado por Santos *et al.* (2018), por meio da demonstração estruturada em quadros. A composição da população desta pesquisa foi classificada quanto ao nome de pregão e ao nível de governança corporativa, sendo composto por 26 entidades.

Os Níveis de Governança Corporativa fazem parte dos 5 segmentos especiais de listagem da B3 (Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1). Esses segmentos foram criados quando foi percebido que, para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, seria necessário ter segmentos adequados aos diferentes perfis de empresas (B3, 2021).

4 RESULTADOS

Este estudo tem como propósito analisar como são divulgados os processos de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 26 empresas do setor financeiro do segmento bancos da B3 entre os anos de 2017 e 2019. Isso porque, existe um crescimento da divulgação de relatórios de asseguarção pelas empresas, mesmo não sendo uma atividade obrigatória, mas funcionando como instrumento de legitimação e objetivando evidenciar que as companhias possuem responsabilidade social corporativa (MOREIRA *et al.* 2014).

Buscou-se realizar, em um primeiro momento de análise, uma correspondência entre a amostra estudada, as suas respectivas firmas de auditoria e o seu nível de governança corporativa por meio da elaboração de 4 tabelas, nas quais serão reproduzidas informações extraídas do *site* da B3 S.A, tendo como referência o ano de 2019.

Foi observado que de todas as 26 (vinte e seis) empresas da amostra adotam como firmas de auditoria pelo menos uma das quatro maiores do segmento, denominadas *Big Four*, quais sejam: KPMG Auditores Independentes, *PricewaterhouseCoopers*, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Esses dados mostram um crescimento das asseguarções feitas por empresas *Big Four* de auditoria. Santos *et al.* (2018), ao estudarem os níveis de asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade das 50 Maiores Empresas do Brasil por faturamento entre os anos 2014 e 2016, mostraram que do total de relatórios assegurados, 79% foram realizados por empresas *Big Four* de Auditoria.

Por outro lado, estas informações se contrapõem aos resultados de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009) de que as organizações que buscam dar credibilidade aos seus relatórios de sustentabilidade, por meio da garantia externa, na escolha da empresa asseguaradora não tomam por relevante se a referida empresa é ou não de auditoria.

Decidiu-se pela análise das amostras a partir dos dados coletados no *site* da B3 relativos ao nível de governança corporativa das companhias, tendo em vista sua relevância para o embasamento das questões verificadas por esse estudo. Tal relevância diz respeito à obtenção de respostas sobre quais as firmas de auditoria costumam ser adotadas de acordo com o perfil das empresas da amostra quanto à garantia de direitos dos acionistas e à transparência das informações prestadas aos seus usuários (B3, 2021).

A amostra identificou a distribuição da amostra de acordo com a sua respectiva firma de auditoria, em que 11 empresas da amostra possuem como firma de auditoria a *PricewaterhouseCoopers*, 9 são representadas pela KPMG Auditores Independentes, 5 compreendem a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. como empresa deste ramo e 1 dispõe da Deloitte Touche Tohmatsu Limited como firma de auditoria.

Assim das 26 empresas da amostra, 9 têm como firma de auditoria a KPMG. Dessas, apenas duas fazem parte do Nível 1, o qual corresponde ao segmento de listagem em que as empresas devem adotar medidas que contribuam para a publicidade de suas informações, e somente o Banco do Brasil faz parte do Novo Mercado, o qual é considerado pela B3 como padrão de transparência e governança exigido pelos investidores (B3, 2021). Os outros seis bancos auditados pela KPMG não foram classificados em nenhum dos níveis de governança corporativa da B3.

Em contrapartida, os dados levantados da amostra evidenciam que a firma de auditoria denominada *PricewaterhouseCoopers* tem em seu leque de empresas auditadas 11 companhias, das quais, 6 encontram-se classificadas no *site* da B3 quanto ao seu nível de governança corporativa, onde dessas 6 organizações, 4 integram o Nível 1 dessa classificação e apenas as instituições Bco Indusval S.A. e Bco Pine S.A. pertencem ao Nível 2 da categorização, no qual “as empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN)” (B3, 2021).

Por sua vez, destaca a relação de empresas auditadas pela Ernst & Young, em que das 5 empresas auditadas pela firma, duas compreendem o Nível 2. Além disso, nota-se que os bancos denominados Bco Estado de Sergipe S.A. - BANESE, Bco Nordeste do Brasil S.A. e BRB Bco de Brasília S.A. não estão identificados em nenhum dos níveis de governança corporativa integrantes da B3.

Os dados apresentados pela análise da amostra, apontam que a Deloitte Touche Tohmatsu é responsável pela auditoria de apenas uma empresa do segmento Bancos, o Bco Sofisa S.A, cuja classificação quanto ao nível de governança corporativa não foi identificada no *site* da B3.

Após a avaliação das informações evidenciadas partir das amostras, no que diz respeito às classificações das entidades da amostra quanto aos seus segmentos especiais de listagem, observou-se que, apenas a firma de auditoria KPMG apresenta em seu catálogo de companhias auditadas, empresa categorizada no nível Novo Mercado (NM).

Além disso, nota-se que o Nível 1 de governança corporativa, é predominante dentre a classificação das instituições da amostra, com um total de 6 companhias auditadas pelas empresas de auditoria da *Bigfour*, por meio das firmas KPMG e *PricewaterhouseCoopers*.

Outrossim, 4 das companhias auditadas pelo grupo compreendem o Nível 2 do segmento de listagem. Dessa parcela da amostra, duas são auditadas pela *PricewaterhouseCoopers* e duas fazem parte do catálogo da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Em um segundo momento, a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas componentes da amostra foi conduzida em conformidade com as estruturas apresentadas por Santos *et al.* (2018), na qual serão demonstrados os dados relativos à quantidade e ao

percentual de divulgação dos relatórios de sustentabilidade, seguido da verificação das informações correspondentes à asseguarção de tais relatórios, finalizando com a análise de quais firmas de auditoria realizaram o trabalho de asseguarção para essas companhias.

A análise foi desencadeada mediante uma pesquisa realizada nos *websites* das 26 empresas pertencentes ao segmento bancos do setor financeiro da B3. A busca consistia na averiguação de quais instituições haviam disponibilizado seus relatórios de sustentabilidade. Posteriormente, visando o alcance do objetivo desta pesquisa, foram verificados quais desses relatórios haviam sido objeto de asseguarção. Dessa forma, foi apurada uma amostra composta por 39 Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pelas companhias pertencentes ao segmento bancos do setor financeiro da B3 no período de 2017 a 2019, conforme evidenciado no Quadro 2, cujo conteúdo contempla a divulgação desses relatórios no período estudado.

Quadro 1 - Divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) por ano.

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Divulgaram o RS	12	46,15%	13	50%	14	53,85%	39	50%
Sub-total	12	46,15%	13	50%	14	53,85%	39	50%
Não publicaram o	14	53,85%	13	50%	12	46,15%	39	50%
Total	26	100%	26	100%	26	100%	78	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da coleta de dados foi possível identificar que 11 empresas não publicaram o instrumento de desempenho socioambiental nos três anos consecutivos, a saber: Alfa Holdings S.A., Banco BMG S.A., Bco ABC Brasil S.A., Bco Alfa de Investimento S.A., Bco Indusval S.A, Bco Mercantil de Investimentos S.A., Bco Pan S.A., Bco Pine S.A., Bco Sofisa S.A., BRB Bco de Brasília S.A e Paraná Bco S.A.

Os dados demonstrados no Quadro 2 possibilitam a compreensão de que houve uma adesão razoável da divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade pelas companhias selecionadas, com uma média de 50% de publicações entre os anos de 2017 e 2019. Além disso, observa-se que ocorreu uma evolução ao longo dos três anos, com uma aderência de 53,85% no último ano do período estudado.

Também se verifica que das 26 empresas estudadas, 12 divulgaram seus Relatórios de Sustentabilidade em 2017. No ano seguinte, foi feita a publicação por 13 empresas e em 2019 foram divulgados 14 Relatórios de Sustentabilidade; correspondendo a um total de 39 relatórios divulgados no período abordado, representando 50% do total hipotético de 78 relatórios, caso fossem divulgados todos os relatórios no período estudado.

Diante disso, é possível afirmar que houve crescimento na divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade por parte das empresas do segmento bancário no período estudado. Estes dados corroboram com os achados dos autores que estudaram a divulgação dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas listadas na B3.

Zaro, Pastre e Alberton (2015) ao pesquisarem as empresas que compõem a carteira do ISE 2013, descobriram que das 37 empresas que compõem a Carteira do ISE em 2013, 26 disponibilizaram os relatórios de sustentabilidade, ressaltando que a publicação do relatório de sustentabilidade pelas empresas confirma a responsabilidade socioambiental e compromisso de transparência para com seus envolvidos.

Silveira, Alberton e Vicente (2017) ao estudarem a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade das empresas do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) 2016, notaram

a predominância de 42,85% das empresas dos setores de Energia Elétrica e Bancos na composição da carteira ISE (2016), identificando que 100% das empresas elaboraram e divulgaram seus relatórios de sustentabilidade.

Do mesmo modo, Santos *et al.* (2018), ao analisarem as 50 maiores empresas do Brasil por faturamento no período de 2014 a 2016, verificaram que foram divulgados o total de 104 Relatórios de Sustentabilidade, ou seja, 69% do total da população, concluindo que a divulgação de relatórios de sustentabilidade, que não possui obrigatoriedade legal, mostrou-se como um procedimento realizado de forma contínua pelas empresas.

Lordello e Silva (2019), ao estudarem as empresas listadas na iniciativa “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da B3 no ano de 2017, descobriram que das 113 empresas que o compõem, 95 publicaram o Relatório de Sustentabilidade, isto é, 84,07% do total de empresas.

Na etapa seguinte foram examinados quais os relatórios da amostra haviam passado por processo de asseguarção mediante avaliação por firmas de auditoria, das quais 100% compreendem empresas classificadas como *Big Four*, conforme Quadro 3, demonstrado a seguir:

Quadro 2 - Relatórios assegurados.

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Relatórios assegurados	7	58,33%	6	46,15%	6	42,86%	19	48,72%
Relatórios não assegurados	5	41,67%	7	53,85%	8	57,14%	20	51,28%
Sub-Total	12	100%	13	100%	14	100%	39	100%
Asseguarção pelas <i>Big Four</i>	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%
Asseguarção feita por outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 apresenta um panorama da quantidade de relatórios assegurados entre os anos de 2017 e 2019, onde é possível perceber que 19 relatórios de sustentabilidade passaram por processo de asseguarção ao longo dos três anos do período, constituindo uma média de 48,72% dos relatórios divulgados. Também foi observado que a parcela mais expressiva de relatórios assegurados ocorreu no primeiro ano do período, totalizando 7 processos de asseguarção e percentual de adesão acima da média do período, com 58,33%.

Esse percentual de 48,72% está em consonância com os achados de Santos *et al.* (2018), ao analisarem as 50 Maiores Empresas por faturamento do Brasil, identificaram que 46% dos relatórios divulgados foram assegurados. Da mesma forma, Lordello e Silva (2019), que investigaram o processo de asseguarção das empresas listadas na iniciativa “Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ” no ano de 2017, concluíram que apenas 41% das empresas pesquisadas submeteram seus relatórios a verificação externa. Todos estes resultados estão abaixo do que foi encontrado por Zaro, Pastre e Alberton (2015), onde das 26 empresas que compõem a carteira do ISE 2013 e que divulgaram seus relatórios de sustentabilidade, 69% adotam práticas de asseguarção.

Essas instituições foram na sua totalidade representadas por firmas de auditoria rotuladas como *Big Four*, consoante ao detalhado no Quadro 4 a seguir:

Quadro 3 - Asseguração de empresas Big Four.

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Relatórios Assegurados	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%
Sub-total	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%
KPMG	3	42,86%	2	33,33%	1	16,67%	6	31,58%
<i>PricewaterhouseCoopers</i>	3	42,86%	3	50%	3	50%	9	47,37%
Ernst & Young	1	14,28%	1	16,67%	1	16,67%	3	15,79%
Deloitte	-	-	-	-	1	16,67%	1	5,26%
Total	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 4, nota-se a predominância, dentre as firmas de auditoria responsáveis pelo processo de asseguração dos relatórios selecionados, da *PricewaterhouseCoopers* e da KPMG, a primeira com percentual médio de 47,37% do total de relatórios assegurados, seguida de 31,58% de asseguração realizada pela KPMG. Esse fenômeno pode justificar-se em virtude dessas duas firmas de auditoria corresponderem às principais responsáveis pelos trabalhos de auditoria de demonstrações financeiras das companhias da amostra, o que viabiliza uma atuação unificada no sentido de certificação das informações diversas reportadas pela empresa. Essa constatação é reforçada pelos estudos de Castro, Vasconcelos e Dantas (2017) ao observar a KPMG e a *PricewaterhouseCoopers* como as firmas com o maior número de relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras das instituições bancárias em um período amostral de 2006 a 2013.

Além disso, foi observado um decréscimo na realização deste trabalho pela KPMG entre os anos de 2017 e 2019, chegando a 16,67% neste último ano do período. Neste mesmo exercício foi verificado que todas as quatro empresas componentes do grupo *Big Four* realizaram processo de asseguração em relatórios de sustentabilidade das empresas estudadas.

Esses dados se relacionam com o que foi encontrado por Almeida (2014) ao verificar a estrutura dos relatórios de asseguração sobre as informações de sustentabilidade da empresa Petrobrás nos anos de 2005 a 2012, em que todos os relatórios de asseguração apresentados pela empresa foram elaborados por empresas *Big Four* de auditoria. Por outro lado, Santos *et al* (2018) mostraram que do total de relatórios assegurados, 79% foram realizados por empresas *Big Four* de Auditoria.

O Quadro 5 traz a abordagem do tipo de trabalho de Asseguração empregado nos Relatórios de Sustentabilidade da amostra, em conformidade com a classificação apresentada pela NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, conforme apresentado a seguir.

Quadro 4 - Asseguração Limitada ou Razoável.

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Relatórios Assegurados	7	100%	6	100%	6	31,58%	19	100%
Sub-total	7	100%	6	100%	6	31,58%	19	100%
Asseguração Limitada	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%
Asseguração Razoável	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7	100%	6	100%	6	100%	19	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 5 demonstra que todos os relatórios assegurados passaram por trabalho de Asseguração Limitada, isto é, buscaram “reduzir o risco do trabalho a um nível aceitável nas circunstâncias, porém em um nível maior de risco do que em trabalho de Asseguração Razoável (NBC TO 3000, 2009, p. 1).” O trabalho de Asseguração efetuado nesses relatórios de sustentabilidade apresentou opinião do auditor independente de que não havia conhecimento sobre modificações relevantes a serem realizadas. (NBC TO 3000, 2009). Esses dados apresentam semelhança com os resultados verificados por Roman (2018) que fez um estudo sobre o cenário brasileiro a partir de dados extraídos da GRI, referente ao ano de 2017, em que de um total de 47 relatórios de sustentabilidade com asseguração encontraram 46 documentos no padrão de asseguração limitada e apenas um registro de asseguração razoável. Neste mesmo ano, Silveira, Alberton e Vicente (2017) observaram um percentual de 92,86% de relatórios assegurados de forma limitada ou moderada, cuja interpretação foi de que “as informações relativas à sustentabilidade são asseguradas em nível maior de risco, admitindo uma margem maior de erro devido à menor abrangência dos testes realizados” (SILVEIRA; ALBERTON; VICENTE, 2017, p. 14).

Após essa etapa de análise da asseguração realizada por empresas do grupo *Big Four* e qual o tipo de trabalho de asseguração adotado nos relatórios de sustentabilidade, foram verificadas quais as principais diretrizes utilizadas para a elaboração de tais relatórios, com o objetivo de avaliar a aceitação do padrão global da GRI, conforme demonstrado no Quadro 6 a seguir.

Quadro 5 - Principais diretrizes de elaboração.

Descrição	2017	%	2018	%	2019	%	Total	%
Relatórios nível G4	1	8,33%	-	-	-	-	1	2,56%
Relatórios nível GRI	7	58,33%	8	61,54%	10	71,43%	25	64,10%
Sub-total	8	66,67%	8	61,54%	10	71,43%	26	66,67%
Relato Integrado (IIRC)	4	33,33%	5	38,46%	4	28,57%	13	33,33%
Total	12	100%	13	100%	14	100%	39	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar, a partir das informações contidas no Quadro 6, que houve uma adesão razoável das entidades na elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade adequados aos padrões GRI entre os anos de 2017 a 2019. Nota-se que, do total de 39 Relatórios de Sustentabilidade

publicados no período, 26 foram desenvolvidos de acordo com as diretrizes GRI, isto é 66,67%. Além disso, verifica-se que 33,33% dos relatórios foram elaborados em conformidade com a estrutura internacional para relato integrado do *International Integrated Report Council* (IIRC).

É importante destacar que, embora as instituições Banestes S.A. - Bco Est Espírito Santo, Bco BTG Pactual S.A. e Bco Estado do Rio Grande do Sul S.A não tenham mencionado expressamente o padrão utilizado para elaboração dos seus relatórios, é possível inferir que são adequadas da estrutura internacional para relato integrado (IIRC), haja vista que se adequam, dentre outras características, aos princípios básicos defendidos pela organização mundial, tais como: relação com as partes interessadas; foco estratégico; orientação para o futuro; e conectividade de informação, bem como aos elementos de conteúdo denominados: visão geral da organização e de seu ambiente externo; Governança; riscos e oportunidades; estratégia; e alocação de recursos (IIRC, 2013).

O percentual de 66,67 apurado e demonstrado no Quadro 6, referente às empresas que no período de 2017 a 2019 utilizaram-se do padrão GRI em seu relatório de sustentabilidade, possibilita uma comparação com os resultados encontrados por Zaro, Pastre e Alberton (2015) que, ao estudar a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) do ano de 2013, encontraram o resultado de 77% de relatórios de sustentabilidade em conformidade com o padrão GRI, alcançando números um pouco mais expressivos em relação ao alcançado no presente estudo. Além disso, pode-se realizar uma segunda analogia com os resultados encontrados no ano de 2017 por Silveira, Alberton e Vicente (2017) que, ao estudar as empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) referente ao ano de 2016, encontraram 97,14% de aderência ao padrão GRI. Nesse sentido, o resultado observado pelo presente estudo, embora apresente número percentualmente inferior, corrobora com Silveira, Alberton e Vicente (2017), uma vez que a GRI é a ferramenta mais difundida em comunicação das informações de sustentabilidade das empresas listadas na B3. Tais constatações indicam que as instituições da amostra apresentam uma aplicação numericamente favorável dos seus Relatórios de Sustentabilidade quanto aos parâmetros GRI. No entanto, esse segmento manifestou resultado inferior ao observado pelos estudos que abordaram essa mesma temática.

Além disso, verificou-se que, não obstante ao fato de que 33,33% dos relatórios de sustentabilidade não adotaram o modelo global da GRI, optando pela adequação ao padrão IIRC, houve um número expressivo de relatórios desenvolvidos em conformidade com a versão mais moderna da *Global Report Initiative* (GRI), exigida a partir de 01 de julho de 2018, denominada GRI Standard, com um percentual de 64,10% do total de relatórios publicados no período.

Em suma, salienta-se que as companhias pertencentes ao setor financeiro, componentes do segmento bancos da B3, listadas no período de 2017 a 2019, manifestaram uma adesão regular da prática de divulgação dos seus Relatórios de Sustentabilidade com um percentual de 50%. Além disso, o grupo apresentou um crescimento constante de tal comportamento no período, o que indica um cenário de possível evolução e interesse das instituições pelas medidas. A asseguarção de tais relatos, por sua vez, ocorreu em 19 situações, cujo percentual correspondeu a 48,72% de adesão ao processo, caracterizado por resultado superior a 50% apenas no ano 2017, apresentando pouca variação entre os anos de 2018 e 2019.

Essa análise permite destacar que, conforme os achados de Simnett, Vanstraelen e Chua (2009), as empresas que buscam aumentar a credibilidade de seus relatórios e construir sua reputação corporativa têm maior probabilidade de ter seus relatórios de sustentabilidade garantidos. No entanto, essa comparação reafirma o que foi estudado por Perego e Kolk (2012) que, ao verificarem, por um período de 10 anos, como as empresas multinacionais adotam práticas de asseguarção para desenvolver e sustentar a responsabilidade organizacional pela

sustentabilidade, concluíram que existe grande variabilidade na adoção de práticas de asseguarção nos estágios formativos desse mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão de como se manifestou a adesão e a divulgação dos relatórios de sustentabilidade entre os anos de 2017 a 2019, bem como a aceitação do trabalho de asseguarção em tais relatórios, por companhias listadas na B3 com atuação voltada para o mercado financeiro, especificamente as instituições bancárias. Além disso, foi viabilizada uma reflexão acerca das firmas de auditoria que representam tais entidades, o nível de governança corporativa no qual essas empresas estão catalogadas e a utilização do padrão GRI nos seus relatos.

De um modo geral, as companhias demonstraram interesse moderado na divulgação e na asseguarção dos seus relatórios de sustentabilidade. Essas entidades são representadas em sua totalidade por firmas de auditoria componentes do grupo *Big Four*, das quais, tem atuação predominante a *PricewaterhouseCoopers*, seguida da KPMG. Tais instituições de auditoria normalmente representam empresas classificadas no segmento de listagem Nível 1, sendo que, apenas uma companhia compreende a categoria Novo Mercado. A amostra considera razoavelmente a adequação dos seus relatos ao padrão das diretrizes GRI, destas, a predominância compreende a versão mais moderna da categoria, denominada GRI Standard.

A população desta pesquisa, composta por 39 Relatórios de Sustentabilidade, foi apurada por intermédio da busca realizada nos *websites* das 26 instituições bancárias, pertencentes ao setor financeiro, listadas na B3 entre 2017 e 2019, que apresentou uma população hipotética de 78 relatórios, dos quais 39 não foram divulgados, isto é, 50% dos relatos não tiveram sua publicação realizada. A utilização do processo de Asseguarção, por sua vez, aconteceu em 19 relatórios, correspondendo ao percentual de 48,72% do total de relatos divulgados. Esse processo de asseguarção foi 100% realizado pelas *Big Four*, que tiveram como principais representantes a *PricewaterhouseCoopers* e a KPMG. Diante disso, constata-se que os objetivos deste estudo foram alcançados mediante o acesso a uma amostra, que embora reduzida, não prejudicou a análise dos relatórios de sustentabilidade.

O estudo contribui com a literatura do assunto, pois pode compreender como as empresas do setor bancário brasileiro listadas na B3 relatam suas informações ambientais e em que nível de diretrizes do GRI estão classificados os relatórios de asseguarção divulgados, mas, principalmente, por apresentar como procedem os processos de asseguarção externa dessas empresas.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o incentivo à responsabilidade socioambiental e à implementação de políticas corporativas voltadas para divulgação de informações a respeito dos seus impactos causados na sociedade. Além disso, considerando-se o caráter facultativo dessas condutas, a atuação do Estado, por meio da implementação de ações que possam tornar tais medidas mais impositivas, poderia contribuir para o alcance de um número mais acentuado de adesões aos processos.

Diante disso, torna-se oportuna a recomendação para o desenvolvimento de novos estudos que possam investigar de maneira mais minuciosa as questões que influenciam nas práticas de divulgação e asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, bem como a verificação de quais as firmas de auditoria são mais demandadas no mercado e se as entidades têm buscado estar atualizadas quanto aos padrões mais modernos de governança e de elaboração de relatórios.

Por fim, destaca-se que a divulgação e a asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade pelas instituições bancárias pertencentes ao setor financeiro contribuem com a busca de uma

relação mais consistente com os seus investidores e demais usuários, viabilizando uma expansão das possibilidades de mercado por meio da captação de um público com perfil mais exigente quanto ao seu relacionamento com instituições que consideram fatores de responsabilidade social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B. Asseguração de Relatórios de Sustentabilidade: o Caso Petrobrás. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14, 2014. São Paulo. Anais[...].São Paulo: USP,2014. Disponível: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/262.pdf>. Acesso: 27 jul. 2020.

AZEVEDO, Yago Romeiro. **Eficiência relativa dos desempenhos econômico-financeiros das empresas do segmento bancário, listadas na Brasil, bolsa, balcão (b3)**. 2018. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2018.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3 S.A. **Segmentos de Listagem**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/ Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3 S.A.. **Critério de Classificação**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/criterio-de-classificacao/ Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3 S.A.. **Quem Somos**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/b3/institucional/quem-somos/ Acesso em: 02 fev. 2021.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, pág. 679-684, dezembro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso. Acesso: 07 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>.

CARREIRA, Francisco Alegria; PALMA, Cristina Morais da. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e andorra. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 140-166, dez. 2012. ISSN 1809-3337. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2729>. Acesso em: 07 fev. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20128>.

CASTRO, R. L. C. de; VASCONCELOS, J. P. B.; DANTAS, J. A. Impactos das normas internacionais de auditoria nos relatórios dos auditores sobre as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros. **Revista Ambiente Contábil**. v.9, n. 1, p. 1, 2017. Disponível: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/2890/2349> Acesso: 24 fev. 2021.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique; DOURADO, Gilson Barbosa; SILVA, Simone Freire. Global Reporting Initiative (GRI) um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na américa latina. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 2, n. 3, p. 17, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/download/68/169>. Acesso: 06 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, CFC. **NBC TO 3000 – Trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão**. Brasil, 2009. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-to-de-asseguracao/> Acesso: 25 fev. 2021.

- DEEGAN, C.; COOPER, B. J.; SHELLY, M. An investigation of TBL report assurance statements: UK and European evidence. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 4, p. 329-371, 2006. Disponível: <https://doi.org/10.1108/02686900610661388>. Acesso: 06 ago. 2020.
- DE JESUS, Simone Silva; DE SOUZA, Maíra Melo. Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 2, v. 10, n. 2, p. 43 - 63, mai-ago 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de Pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**, v. 3, n. 4, p. 1-23, 1º semestre, 2003.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE-GRI. **Os padrões globais para relatórios de sustentabilidade**. Disponível: <https://www.globalreporting.org/standards/>. Acesso: 04 jan. 2021.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Passo para relatórios financeiros mais fortes para complementar os relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/news-center/2020-12-18-step-towards-stronger-financial-reporting-to-complement-sustainability-reporting/>. Acesso em: 03 jan. 2021.
- HASAN, M.; ROEBUCK, P. J.; SIMNETT, R. An investigation of alternative report formats for communicating moderate levels of assurance. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 22, n. 2, p. 171-187, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/aud.2003.22.2.171>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- HAWKINS, JOHN & MIHALJEK, DUBRAVKO. (2001). The banking industry in the emerging market economies: competition, consolidation and systemic stability - an overview. **BIS Papers**. 1-44.
- INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCI (IIRC). **A estrutura internacional para Relato Integrado**. [integratedreporting.org](http://www.integratedreporting.org), 2013. Disponível em: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/04/13-12-08-theinternational-ir-framework-portugese-final-1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- KORONTAI, J. N.; FONSECA, M. W. DA. Governança corporativa dos bancos e sua relação com indicadores de desempenho e risco. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 39, n. 3, p. 151-168, 2 out. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/47403/751375150851>. Acesso: 17 fev. 2021.
- LORDELLO, H. S., SILVA, L. N. P. Asseguração Externa dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Listadas na B3 2017. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 10, 2019. Anais. Rio de Janeiro: PUC/Rio. 2019. Disponível: <http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2019/paper/viewFile/3471/1085>. Acesso: 27 jul. 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MELO, Flávio José de et al. Gestão Socioambiental em instituições bancárias no Brasil: uma Análise a Luz dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, ano 2017, v. 28, ed. 1, p. 117-140, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197050605007> . Acesso em: 17 fev. 2021.
- MOREIRA, N. B.; DIAS FILHO, J. M.; GOMES, S. M. da S.; CONCEIÇÃO, M. G. Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos

gestores. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 62-82, 2014. DOI: 10.18696/reunir.v4i1.188. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/188>. Acesso em: 25 fev. 2021.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

PEREGO, P.; KOLK, A. Multinationals' accountability on sustainability: The evolution of third- party assurance of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 173-190, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1420-5>. Acesso: 07 ago. 2020.

PEREIRA, A.S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

SANTOS, Dara Patrícia dos, *et al.* Níveis de Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade: Uma Análise das 50 Maiores Empresas do Brasil. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 15, 2018. São Paulo. Anais[...]. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/671.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVEIRA, G. B.; ALBERTON, L.; VICENTE, E. F. R. O estado da arte da asseguração dos relatórios de sustentabilidade: um estudo das empresas do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) 2016. **Revista de Gestão Social e Ambiental**. v.11, n. 2, p. 36-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v11i2.1260>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SIMNETT, R.; VANSTRAELEN, A.; CHUA, W. F. Assurance on sustainability reports: An international comparison. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, p. 937-967, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.937>. Acesso em: 07 ago. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WALLAGE, Philip. Assurance on sustainability reporting: an auditor's view. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 19, n. s-1, p. 53-65, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.2308/aud.2000.19.s-1.53>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. Disponível: http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mansano/downloads-para-disciplina-de-metodologia-da-pesquisa-uab/downloads/UAB_Metod_Livro_Base.pdf. Acesso: 07 fev. 2021.

ZARO, E. S., PASTRE, F., ALBETON, L. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem a carteira do índice de sustentabilidade empresarial 2013. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 20 (1), pp. 47-63. jan/abr. 2015. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-6/index.php/UERJ/article/viewArticle/2865> . Acesso em: 11 fev. 2021.